



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO DE “CONFECCÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2015/2016 - ESCOLA BÁSICA DE ARCOS DE VALDEVEZ”, ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL ANÓNIMA GERTAL – COMPANHIA GERAL DE RESTAURANTES E ALIMENTAÇÃO, SA, DE CARNAXIDE-----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **20 de Agosto de 2015**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram: -----

Dr. João Manuel do Amaral Esteves, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com a deliberação camarária de 10 de Agosto de 2015, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Luís Tavares Neves, casado, natural de Alvarenga - Arouca, residente na Rua de S. Vicente Ferrer, 835-A, 3º Esqº, S. Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia, titular do cartão de cidadão nº 02944590, emitido em 04/10/2000, que outorga na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e procurador, em representação da sociedade comercial anónima denominada **“GERTAL – COMPANHIA GERAL DE RESTAURANTES E ALIMENTAÇÃO, SA”**, com sede na Rua da Garagem, nº 10, Carnaxide, Oeiras, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, com a matrícula correspondente ao número fiscal de contribuinte 500 126 623, com o capital social de € 700.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respectivo

contrato, de acordo com o disposto no artigo 94º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

----- Primeira -----

O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por deliberação camarária de **10 de Agosto de 2015**, adjudicou, por ajuste directo, nos termos do artigo 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada do segundo outorgante, a aquisição de serviços de **“CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LECTIVO 2015/2016 - ESCOLA BÁSICA DE ARCOS DE VALDEVEZ”**. -----

Pelo referido despacho foi ainda aprovada a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º, nº 2 do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Segunda -----

O preço contratual é de **€ 71.820,00 (setenta e um mil oitocentos e vinte euros)**, correspondente ao valor diário de € 1,08/refeição, a que acresce o IVA, à taxa legal em vigor. -----

----- Terceira -----

Constitui objecto do presente contrato a confecção e o fornecimento de refeições diárias (2ª a 6ª feira), durante os períodos de atividades letivas, no refeitório do Centro Escolar da Sede do Concelho (EB de Arcos de Valdevez). -----

----- Quarta -----

1. O prazo de execução do presente contrato corresponde ao ano letivo de 2015/2016, com a duração previsível de **175** dias de aulas, de acordo com o calendário escolar definido, e produz efeitos desde o primeiro dia de aulas previsto para o dia **15 de Setembro de 2015**. -----

2. A segunda outorgante obriga-se a servir, no referido prazo, um número de refeições diárias para um universo estimado de cerca de **380** alunos. -----

----- **Quinta** -----

A faturação dos serviços prestados far-se-á mensalmente, sendo os respectivos pagamentos efectuados no prazo de 60 dias, de acordo com o artigo 299º, nº 4, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- **Sexta** -----

O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação Orgânica – **Capítulo 02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação Económica – **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e Serviços; **Subagrupamento – 01** – Aquisição de bens; **Rubrica 05** – Alimentação – Refeições confeccionadas. -----

----- **Sétima** -----

Os encargos financeiros emergentes do presente contrato serão repartidos em conformidade com o plano de pagamentos apresentado pela adjudicatária, em face do prazo de execução das respectivas prestações, da seguinte forma, IVA incluído: -----

- No ano de 2015 – **€ 34.325,86**; -----

- No ano de 2016 – **€ 54.012,74**; -----

----- **Oitava** -----

A assunção de compromissos relativos ao presente contrato foi precedida de autorização genérica da Assembleia Municipal, conferida em sessão de **22 de junho de 2015**, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromisso e dos Pagamentos em Atraso). -----

----- **Nona** -----

O presente contrato foi objecto de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal, de **13 de julho de 2015**, nos termos do disposto nos n.ºs 5, 6 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2015). -----

----- **Décima** -----

O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 145.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

----- **Décima Primeira** -----

1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos**; -----

d) **A proposta adjudicada**. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual os mesmos são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

----- **Décima Segunda** -----

É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- **Décima Terceira** -----

Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

----- **Décima Quarta** -----

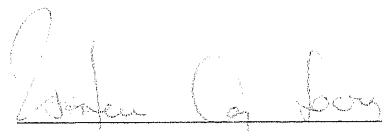
O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----


----- **Décima Quinta** -----

Que se obriga a realizar os serviços objecto deste contrato em conformidade com todas as cláusulas contratuais e demais legislação aplicável, e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos, de modo a garantir as características técnicas gerais das refeições e o adequado funcionamento do serviço de alimentação do respectivo estabelecimento de ensino. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **08-05-2015**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Oeiras-3.Algés, em **29/06/2015**, comprovativa de que a sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial subscrita em 03/11/2009 e válida até **03/11/2017**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade; d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do CCP; f) Procuração conferida ao segundo outorgante. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de todos, e explicado o seu conteúdo e efeitos

por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----


Jorden Góes Soares
Jorden Góes Soares

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **78/029/2015, de 17-08-2015.**

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **31/2015**